

**17. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO REGULMENTAR –
MERCADO MUNICIPAL – ALTERAÇÃO À PARTE G – TÍTULO II DO CRMB:**

Da **Sr^a Vereadora da Área do Mercado Municipal** submetendo para aprovação o início do procedimento - alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga por aditamento – PARTE G – TÍTULO II – MERCADO MUNICIPAL.

PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Interna Externa
PT-01-01-03 de 19/06/2018 – revisto em 03/07/2018

Verificação do cumprimentos e passos a seguir

«1. A UO elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (INCLUI: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».

Esta nova regulamentação tem por base o processo que se iniciou com proposta da Sra. Vereadora, Dra. Olga Pereira, e surge com fundamento na necessidade de regular todas as atividades levadas a cabo no novo mercado municipal, uma vez que se trata de um novo espaço, profundamente remodelado, e que carece de normas relativas à organização, funcionamento, disciplina, limpeza e segurança, que o regulamentem.

O processo foi então remetido a esta **Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso (DSJC)**.

«5. A DSJC cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental. »

Criado o processo nº 2019/100.10.400/19.

«6. A DSJC elabora proposta de início de procedimento (MOD-01.01.13 - Aviso de Abertura do Período de Participação Procedimental). »

E, «7. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».

INFORMAÇÃO/PROPOSTA

Da proposta que foi remetida a esta DSJC está fundamentada a necessidade de rever o regulamento do Mercado Municipal.

O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP.

A análise do texto do regulamento proposto, será objeto de análise por esta DSJC, após aprovação do início do procedimento.

PROPOSTA

O processo estará em condições de:

1. Ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal.

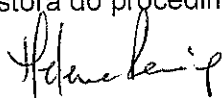
Assim,

Deverá o processo ser remetido ao **Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos), para:

Sob proposta da Sra. Vereadora com o pelouro dos Equipamentos Municipais – solicitar aprovação do **início do presente procedimento de revisão regulamentar - «Mercado Municipal»**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

À consideração superior,

A jurista, gestora do procedimento,





AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL RELATIVO AO INÍCIO DE
PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO
CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia 02/12/2019, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a **Revisão Regulamentar de toda a parte G-2 do CRMB**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante.
2. A referida revisão pretende alterar a parte referente **às normas que regulam o funcionamento do Mercado Municipal**, o que implicará **alteração à parte G, Título II do Código Regulamentar do Município de Braga**.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação da **Revisão Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o

endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, 02/12/2019

O Presidente da Câmara Municipal,

(Ricardo Rio)